

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.577 - RO (2018/0311838-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : FRANCISCLEI VALENTIN DE ARAUJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, *CAPUT*, DA LEI N.º 11.343/2006). PLEITO DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO). ENUNCIADO N.º 7 DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FRANCISCLEI VALENTIN DE ARAÚJO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Apelação n.º 1014701-19.2017.8.22.0501).

Consta dos autos que o Recorrente foi sentenciado à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão, e 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, pela prática de tráfico de drogas, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11/343/2006 (fl. 79), por ter em depósito 13g de maconha e 20g de cocaína, com o fim de mercancia (fl. 77).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal estadual negou provimento (fls. 133-138).

No recurso especial, a Defesa busca desclassificar a conduta imputada para a do delito previsto no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006 (fl. 146).

Contrarrazões apresentadas (fls. 155-160).

O recurso especial foi admitido (fl. 162).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso excepcional, em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 172):

"DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO DE ENTORPECENTES. REVOLVIMENTO DAS CONCLUSÕES DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NOS MOLDES DO RECURSO DE APELAÇÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE

Superior Tribunal de Justiça

DE RECURSAL. SÚMULA 284/STF.

1. A desconstituição do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, diante de suposta contrariedade à lei federal, buscando a desclassificação do delito de tráfico para uso de entorpecentes, não encontra campo na via eleita, dada a necessidade de revolvimento do material de prova, procedimento de análise exclusivo das instâncias ordinárias, soberanas no exame do conjunto fático-probatório.

2. A interposição do recurso especial, nos moldes do recurso de apelação, configura violação ao princípio da dialeticidade recursal, notadamente em razão da ausência de impugnação específica de todos os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes para a sua manutenção.

3. Parecer pelo não conhecimento do recurso especial."

É o relatório.

Decido.

O recurso excepcional não supera o conhecimento, ante o necessário reexame fático para acolher o pleito recursal.

O aresto atacado, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 136-137):

"O apelante não contesta a materialidade nem a propriedade do entorpecente apreendido, a insurgência gira em torno da tipicidade da conduta, arguindo que o destino era o seu consumo pessoal, de forma que pretende a desclassificação para a figura prevista no art. 28, caput, da Lei 11.343/2006.

Para melhor aclarar os fatos trago à baila, em primeiro lugar, as declarações em juízo da testemunha policial civil Alberone Gama de Macedo, que esclareceu que aportou no Departamento de Narcóticos notícia de que o apelante e sua companheira estariam praticando o tráfico de drogas na residência do casal. As diligências efetuadas, de fato, constatarem movimentação estranha de pessoas no local, reforçando as denúncias. Esse fato culminou em expedição de mandado de busca e apreensão devidamente autorizado pela autoridade competente. No cumprimento do mandado, confirmou-se as suspeitas do tráfico, porquanto foram encontrados os entorpecentes apreendidos. (fl. 4 e média fl. 63)

No mesmo sentido foram as declarações do condutor da ocorrência Jarson Abiorama do Nascimento diante da autoridade policial, acrescentando que depois de encontrado os entorpecentes, o apelante acabou confessando que pretendia comercializá-los. (fls. 2/3).

Na fase indiciária, o apelante afirmou que adquiriu os entorpecentes trocando-os por um aparelho celular J7 e que embora fosse usuário há 4 anos, pretendia comercializá-los, pois estava passando por dificuldades financeiras, visto que estava desempregado. Sua esposa nada sabia sobre a droga. (fl. 5).

Em juízo, convenientemente, mudou parcialmente a versão, para

Superior Tribunal de Justiça

dizer que o destino do entorpecente era o seu consumo pessoal e não a venda como afirmado na fase inquisitiva, fazendo crer que houve uma espécie de conluio entre os policiais que efetuaram a prisão e a autoridade administrativa, com o único intuito de incriminá-lo, todavia, não fez prova do alegado, tampouco se vislumbra nos autos motivos concretos que coloquem em dúvida a veracidade de tais declarações.

Demais disso, não se pode olvidar que o legislador estabeleceu, no § 2º do art. 28 da Lei 11.343/06, critérios a serem observados pelo julgador para enquadramento da conduta da gente, quais sejam, a natureza e quantidade de droga, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e aos antecedentes do agente.

Sobre a natureza e a quantidade de drogas apreendidas, observa-se que se trata de entorpecentes variados, embalados em pequenas porções aptas à venda (30 invólucros de maconha e 22 de cocaína), não compatível com a tese de mero usuário, que de regra, tem sua preferência em um único tipo de droga e tem como praxe adquirir pequena quantidade e, só depois de consumir tudo, volta a adquirir mais.

Da mesma forma as circunstâncias da apreensão, em contexto de apuração de prévia denúncia de tráfico de drogas, já apontando o local e o apelante como autor.

De outro giro, o crime de tráfico de drogas é de ação múltipla, que se perfaz com a prática de qualquer dos núcleos delineados no art. 33, caput, da Lei 11.343/06, sendo certo que o apelante 'tinha em depósito' entorpecente, sem autorização e com a finalidade de mercancia, despienda prova da efetiva comercialização. (Precedentes. STJ AgRg no AREsp 303.213/SP).

Nesse passo, o pedido de desclassificação não merece ser acolhido, tendo em vista que o conjunto probatório e as circunstâncias fáticas demonstram satisfatoriamente a autoria delitiva do tráfico de drogas."

Como se vê, o Tribunal de origem, soberano quanto à análise das provas e dos fatos que instruem o processo, concluiu estar comprovada a prática do crime de tráfico de drogas. Portanto, rever esse entendimento, com o fim de desclassificar a conduta imputada para a do delito previsto no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, implicaria no reexame do acervo fático-probatório, providência inviável em recurso especial, nos termos do Enunciado n.º 7 da Súmula do STJ, do seguinte teor: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. APLICAÇÃO DA CAUSA DE

Superior Tribunal de Justiça

DIMINUIÇÃO DE PENA DO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE. DEDICAÇÃO A ATIVIDADE CRIMINOSA. INCIDÊNCIA DO VERBETE N. 7 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

2. Se o Tribunal a quo, com base na análise dos elementos fático-probatórios dos autos, entendeu configurada a autoria e a materialidade delitivas, afastar tal entendimento implicaria o reexame de provas, a incidir a Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

[...]

Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.686.550/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe de 14/11/2018; sem grifos no original.)

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO E FIXAÇÃO DO REGIME DIVERSO DO FECHADO. MAUS ANTECEDENTES E CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. FUNDAMENTOS INATACADOS SUFICIENTES PARA MANTER O ACÓRDÃO. SÚMULA Nº 283/STF. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar a condenação, a absolvição e a desclassificação, porquanto é vedado na via eleita o reexame de fatos e provas. Súmula nº 7/STJ.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 1.241.298/AC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe de 27/03/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora